



Preservação e

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

PROJETO
lagoa
VIVA

Este material foi elaborado no âmbito do Convênio de PDI (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) celebrado entre a CODEMAR (Companhia de Desenvolvimento de Maricá), Prefeitura Municipal de Maricá e UFF (Universidade Federal Fluminense).

Prefeito Municipal de Maricá

Fabiano Horta

Presidente da CODEMAR

Hamilton Lacerda

Coordenador do Projeto Lagoa Viva - CODEMAR

Eduardo Britto

Reitor da Universidade Federal Fluminense

Dr. Antônio Cláudio Lucas da Nóbrega

Presidente da Fundação Euclides da Cunha

Dr. Alberto Di Sabatto

Coordenador do Projeto Lagoa Viva - UFF

Dr. Eduardo Camilo da Silva

Coordenadora do PPGAd/UFF

Dra. Ana Raquel Coelho Rocha

Gerente do Projeto Lagoa Viva – UFF

Marcio Soares da Silva

Coordenadora Científica do Projeto Lagoa Viva UFF

Dra. Evelize Folly das Chagas

Organização dos Conteúdos

Anna Clara Waite

Autores Conteudistas

Renan Amorim, Mahathma Aguiar Barreto, Pedro da Silva Sant'Anna, Lucas Gaudie-Ley, Joel de Mattos Junior, Victor Aleluia da Silva, Beatriz Freitas dos Santos Gonçalves, Carolina Waite, Lara Pompermayer, Danniela Scott, Khauê Vieira e Fabiana Pompermayer

Revisor e Editor

Jefferson Lopes Ferreira Junior

Diagramação

José Jonatan Gonçalves Neves e Julia Braghetto Moreira

Preservação e **CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

1ª edição, volume I. Rio de Janeiro, Super Edição Ltda., 2023

© 2023 Super Edição Ltda.

PROJETO
lagoa
VIVCI

Apoio de Produção

EDUK.AI | Transformação
Inovação educacional
Inteligência Artificial

uff Universidade
Federal
Fluminense

 **CODEMAR**
MARICÁ DESENVOLVIMENTO

 PREFEITURA DE
MARICÁ

ISBN: 978-65-85621-13-7





APRESENTAÇÃO

A ECOBASES Maricá é uma plataforma de aprendizagem ambiental desenvolvida com recursos tecnológicos de inteligência artificial para identificar índices de maturidade ambiental da população e para fornecer trilhas de aprendizagem. A proposta é identificar o perfil comportamental ambiental do indivíduo para o desenvolvimento de autopercepção e fornecer trilhas de aprendizagem com o intuito de ampliar a consciência ambiental e proporcionar uma maior eficácia de práticas cotidianas de preservação do meio ambiente.

Esta plataforma também se dedica à disponibilização de cartilhas e ebooks para que docentes, discentes e público em geral possam obter conteúdo de qualidade e de fácil acesso nas diversas temáticas sobre o meio ambiente. A educação ambiental é uma ferramenta importante para o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a construção de uma cidade mais justa, igualitária e ambientalmente responsável. Por isso, cientes da importância e urgência desta questão, a CODEMAR (Companhia de Desenvolvimento de Maricá), UFF (Universidade Federal Fluminense) e Prefeitura de Maricá, desenvolveram a ECOBASES, uma iniciativa pioneira que utiliza tecnologia de ponta e tem potencial de revolucionar o âmbito da Educação Ambiental.

As cartilhas e ebooks estão organizadas nos principais temas que envolvem todas as esferas planetárias. Os conteúdos perpassam os seguintes eixos (esferas):

- Planeta Terra
- Atmosfera
- Geosfera
- Hidrosfera
- Biosfera
- Antroposfera



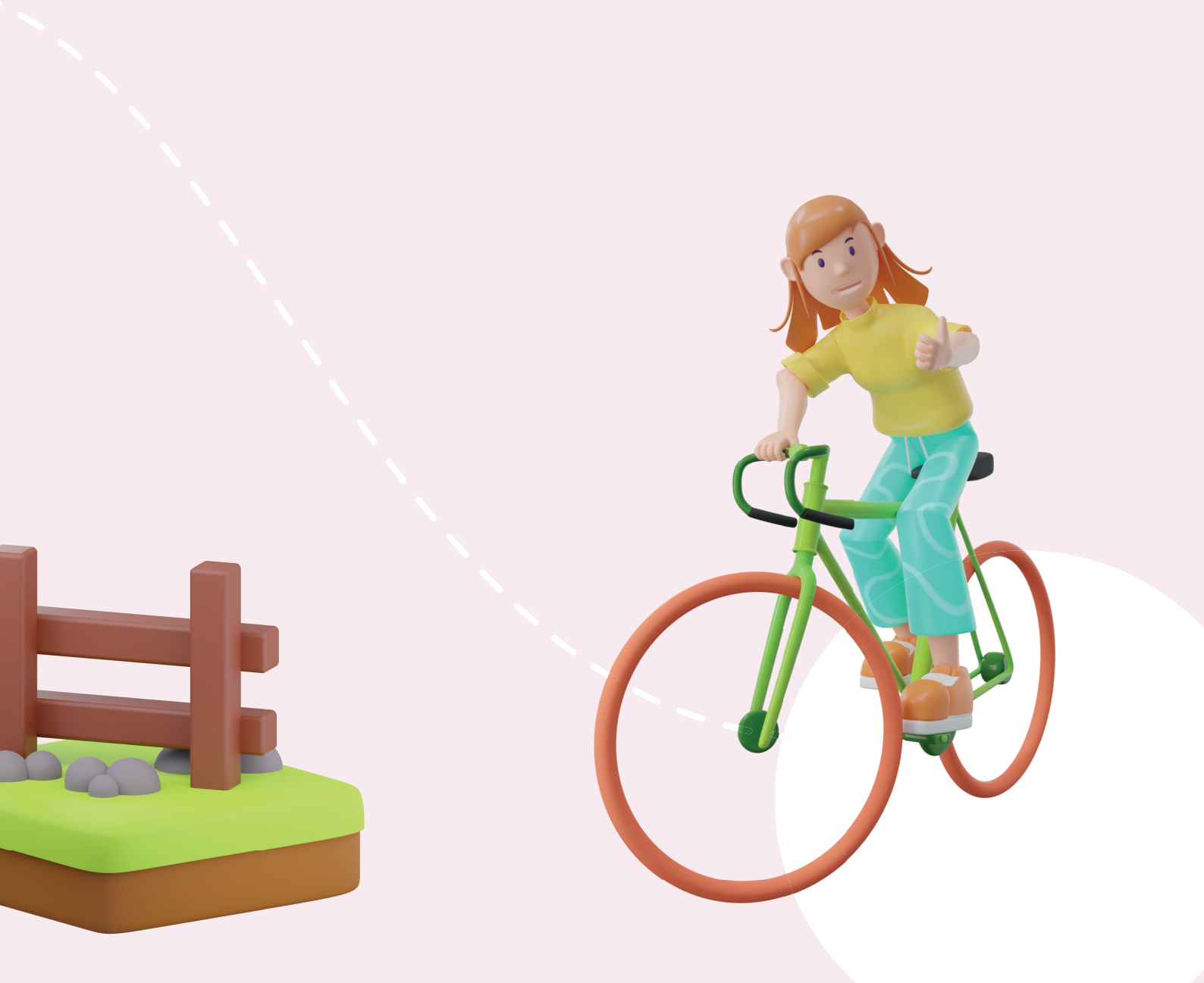


SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CONCEITOS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO	7
PRINCIPAIS DESAFIOS PARA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	9
USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS AMBIENTAIS	11
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E OS DESAFIOS SOCIAIS	12
A FUNDAMENTAL ALIANÇA ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	13
OUTROS MEIOS DE CONCIENTIZAÇÃO MAIS UTILIZADOS ATUALMENTE	15
CENÁRIOS E PERSPECTIVAS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO	16
LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS	17
ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO	18
PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO	19



TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS E INOVAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	20
CONTRIBUINDO COM O MEIO AMBIENTE: ARTICULAÇÃO E ENGAJAMENTO COLETIVO	21
CONCLUSÃO	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	24
GLOSSÁRIO	27



INTRODUÇÃO

A conservação e preservação ambiental são duas ações correlatas tituladas no intuito de preservar os recursos naturais e fantásticos que possuímos. Com o avanço tecnológico e a consequente mudança nos meios de produção, cresce a urgência das pessoas conscientizarem-se do quanto é importante tomar medidas para manter todo o meio ambiente intacto. Todavia, o processo é extremamente complexo principalmente pelos desafios sociais que possui.

Atualmente, existem diversos meios de comunicação que procuram sensibilizar a população sobre a importância de se preservar os recursos naturais. Dentre eles, destacam-se as campanhas de mídia, os cursos orientados por especialistas nas áreas pertinentes, além da criação de organizações governamentais e não-governamentais.

Somente com o auxílio dos principais órgãos de fiscalização brasileiros, é que começa a amadurecer um sentimento de conscientização fora do campo acadêmico.

Assim, com o auxílio de leis, entidades, normas e práticas bem definidas, a conservação e preservação do meio ambiente se torna algo viável. A educação ambiental auxilia na familiarização das massas com as oportunidades para se preservar os recursos, especialmente no contexto de manifestação imediata das mudanças climáticas e degradação generalizada. Por fim, é fundamental que as pessoas tenham execução prática na vida cotidiana para nos assegurar de um ambiente ecologicamente estável para todas as gerações presentes e futuras.

CONCEITOS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Preservação e conservação ambiental consistem no estudo em ciências humanas e naturais, relacionadas à gestão de recursos naturais e ajuda à compreensão, com o objetivo de implementação de políticas eficazes para proteger os ambientes naturais, culturais e antrópicos. Portanto, preservação ambiental significa nominar regiões, áreas ou habitats que são considerados únicos, estando assim sob a proteção integral da lei.

Já a conservação ambiental se propõe a preservar territórios, regiões, ecossistemas ou habitats indígenas, permitindo que, dentro das circunstâncias e limitações aceitáveis, seus recursos naturais sejam utilizados. Ao contrastar preservação e conservação, identifica-se que, ao preservar algo significa "não corroê-lo", enquanto preservar algo significa "manter-se em bom estado". Logo, podemos definir

preservação como o ato de proteger ou impedir que sejam realizadas alterações, enquanto conservação é descrita como o uso racional do ambiente, permitindo ainda que haja renovação natural dos recursos existentes.

Assim, a conservação e preservação ambiental, baseiam-se em alguns princípios-chave:



CONTROLE DO USO DOS RECURSOS NATURAIS: A preservação e conservação do meio ambiente depende da elaboração de medidas que possam limitar o uso indevido dos recursos naturais, como as áreas hídricas, terrestres e marinhas, que requerem a adoção de políticas de conservação ambiental que permitam o máximo de riqueza natural possível nos ecossistemas.

REDUÇÃO DO DESMATAMENTO: A destruição de florestas é um dos principais problemas ambientais, pois além de causar dano à biodiversidade, se houver desmatamento intenso pode haver um desequilíbrio global no meio ambiente, interferindo na qualidade de vida dos seres humanos. Para a preservação e conservação deste recurso natural, torna-se necessário a adoção de medidas de regulamentação da exploração florestal, compromissos regionais para o desmatamento zero e incentivo à recuperação e recomposição de áreas degradadas.

UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS: O uso sustentável dos recursos naturais é fundamental para a preservação do meio ambiente, pois evita a degradação e o desperdício destas importantes fontes de matéria prima. Para isso, são necessárias iniciativas de educação ambiental e de comunicação social que sensibilizem a população sobre a importância destes recursos, além de políticas e planos de ação com foco na sustentabilidade.

REUSO DE ÁGUA: O reuso de água é uma iniciativa de preservação e conservação ambiental que consiste na reciclagem da água que esgota os sistemas sanitários, tornando-a disponível para diversos fins. Esta medida pode colaborar na redução do consumo excessivo de água e na manutenção do abastecimento dos recursos hídricos naturais.



RECICLAGEM DE RESÍDUOS: A reciclagem de resíduos é outra importante medida de preservação e conservação ambiental. Esta prática consiste na separação dos materiais recicláveis de outros tipos de resíduos, para que sejam tratados e transformados em novos produtos a serem reaproveitados. A reciclagem dos resíduos contribui para a redução da geração de lixo, o que significa uma melhor qualidade de vida e preservação dos ecossistemas.

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

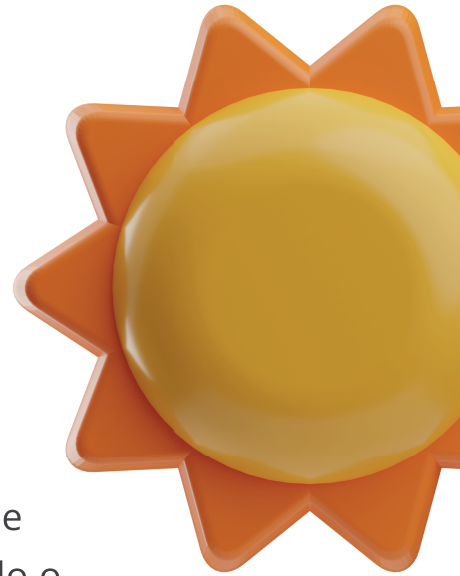
- Intensificação da erosão solos gerando degradação e salinização devido a intensificação das atividades de cultivo extensivo, degradação dos mananciais, destruição de áreas úmidas, desmatamento e destruição das florestas nativas;
- Má qualidade da água devido à poluição causando eutrofização, acidificação, excesso de nutrientes e aumento do teor de sedimentos, além de sua escassez;
- Fragmentação de habitats com a destruição de ecossistemas naturais tendo como consequência a alteração de fluxos hidrológicos e espécies invasoras;
- Intensificação do uso dos recursos naturais e a consequente perda da biodiversidade;



- Utilização inadequada de pesticidas, fertilizantes ou outros químicos, resultando em contaminação da água e solo e perigos à saúde humana e animal;
- Mudanças climáticas, tais como aquecimento da temperatura, aumento no nível do mar, maiores incidências de tempestades e perigos de secas, dando origem a grandes fluxos migratórios;
- Poluição atmosférica por intensificação da queima de combustíveis fósseis para obtenção de energia e desenvolvimento industrial, além do lixo produzido por indústrias e comunidades;
- Desenvolvimento sem planejamento que acelera a urbanização e a expansão de infraestruturas inadequadas, tornando as áreas urbanas incapazes de lidar com os desafios ambientais e persistindo na destruição de áreas naturais;
- Desmatamento e degradação de paisagens, além de exploração de áreas protegidas, o que resulta na perda da diversidade biológica e cultura local e na destruição de áreas ecologicamente importantes;
- Aumento da população e as pressões associadas com o crescimento demográfico e urbano, dificultando a conservação de habitats e provocando o uso de terra inadequado.



USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS AMBIENTAIS



Usos sustentáveis dos recursos naturais significam utilizá-los com sabedoria, de modo que possam fornecer serviços ecológicos às comunidades atuais e futuras, minimizando efeitos negativos e permitindo o desenvolvimento sustentável.

A adoção de medidas de uso sustentável dos recursos naturais é fundamental para garantir que os serviços ambientais sejam mantidos por toda a sociedade, além de contribuir para um futuro mais promissor para as gerações vindouras.

É importante também reduzir o uso de recursos naturais não renováveis, como petróleo, gás e carvão, e promover a utilização de fontes renováveis sustentáveis, tais como a energia solar, eólica e hídrica. Estas fontes de energia renovável geram menos poluição e têm uma vida útil muito maior.

Além disso, é preciso agir para proteger os oceanos, rios e florestas. Políticas de proteção das áreas marinhas e terrestres devem ser implementadas para o controle da pesca e agricultura ambientalmente seguras. Atividades de conservação de biodiversidade também devem ser incentivadas, pois os ecossistemas oferecem todos os serviços essenciais para a manutenção dos seres humanos e seus meios de vida.



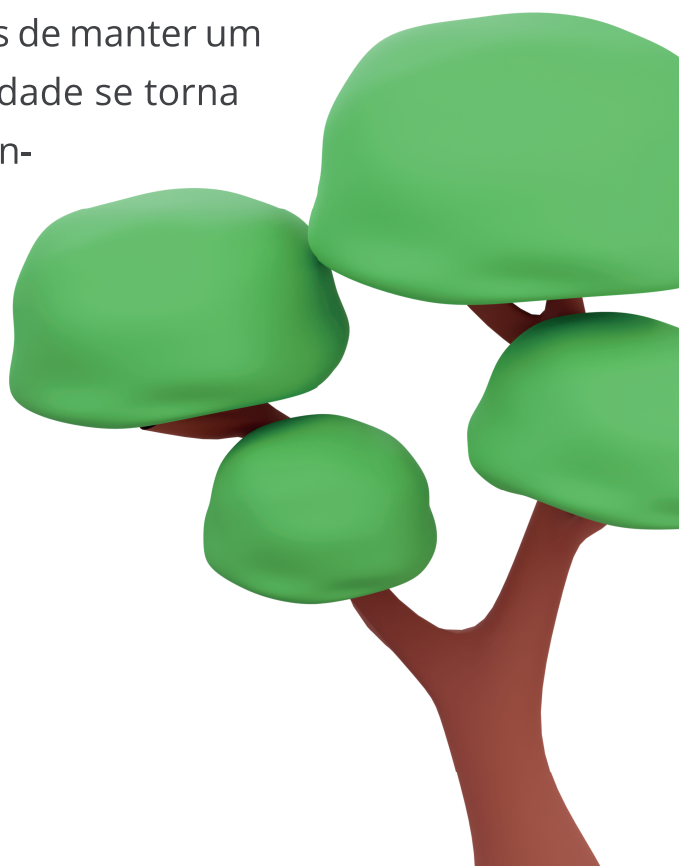


PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E OS DESAFIOS SOCIAIS

Atualmente a transição de um sistema produtivo baseado na extração de recursos naturais para um modelo economicamente mais sustentável, está se tornando cada vez mais urgente. Alguns dos principais desafios sociais gerados, são decorrentes da mudança desses sistemas ambientais, sendo necessário otimizar as políticas de conservação para garantir uma utilização adequada de recursos naturais que atenda as demandas sociais.

Outro desafio social, quando se trata da conservação ambiental, é o estabelecimento das melhores práticas para mitigar os impactos adversos provocados pela alteração dos ambientes naturais, como poluição sonora, visual ou a sua fragmentação. Esses impactos ambientais provocam efeitos diretos sobre a saúde e o bem-estar das populações frágeis, exigindo soluções customizadas e eficientes para evolução sobre os problemas causados.

A falta de divulgação dos benefícios de manter um meio ambiente saudável sobre a sociedade se torna também um problema de grande relevância. Ainda existe a falta de acesso de informações e de recursos para a população, sobre a importância da preservação e conservação ambiental. Logicamente, a preocupação com um meio ambiente saudável é importante, e a falta de informações desse tipo



desencadeia uma menor participação da população na implementação de condutas corretas e conseqüentemente nos resultados obtidos pela conservação ambiental.

Faz-se necessário, também, compreender as influências das representações culturais que envolvem o assunto por mitos, lendas e tradições, tornando a absorção das informações desafiadora. Para tal, a imersões socioambientais buscam espacialidades de recolocação da população nos diversos espaços, com o objetivo de reverter problemas ambientais, descaracterizando a dicotomia entre cidade e natureza. É importante notar que esses programas têm se tornado cada vez mais eficazes como alternativas fundamentais para reverter o processo de dano ambiental. Uma vez que as pessoas envolvidas são submetidas a processos educacionais relacionados a preservação e conservação ambiental, elas passam pelo processo de imersão imediatista, totalista e constituinte para entenderem o importante papel da proteção ecológica para a redução dos impactos negativos sobre o meio ambiente.

A FUNDAMENTAL ALIANÇA ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

A Educação Ambiental é uma prática que estimula as pessoas a se conscientizarem sobre a conservação e preservação da natureza e dos ecossistemas. Ela busca desenvolver nos indivíduos o senso de responsabilidade ecológica, de comprometimento com seu meio ambiente e com os seus direitos ambientais. Através de diversas práticas educativas, como palestras, oficinas, exposições temáticas e atividades práticas, a Educação Ambiental procura conscientizar os



indivíduos acerca dos diversos aspectos ligados ao meio ambiente, como a prevenção de contaminações, a reciclagem de materiais, a educação nutricional e a formação de hábitos de consumo ecologicamente conscientes. Também busca a revisão de nossas estruturas energéticas com foco na sustentabilidade e na preservação das espécies e das diversas formas de vida presentes nos nossos ecossistemas.

Essa educação possui por objetivo o engajamento e empoderamento de cada indivíduo para que, de forma consciente, ele possa se tornar um agente de mudança e seja capaz de planejar e executar ações que possam contribuir para a preservação e conservação do meio ambiente. Além disso, ela busca despertar o interesse, a compreensão e a sensibilidade das pessoas para as questões relacionadas aos cuidados com a natureza, assim como despertar o senso de responsabilidade e estabelecer vínculos mais profundos com o ambiente que habitamos.

É uma prática fundamental para estimular a conscientização das pessoas para a preservação e conservação do meio ambiente e para garantir que haja cuidados básicos com os recursos naturais de nosso planeta. Esse tipo de prática contribui para o desenvolvimento sustentável, pois quando as pessoas se tornam conscientes, elas estão mais preparadas para viver de forma harmoniosa com a natureza e menos propensas a contribuir para a destruição do meio ambiente.



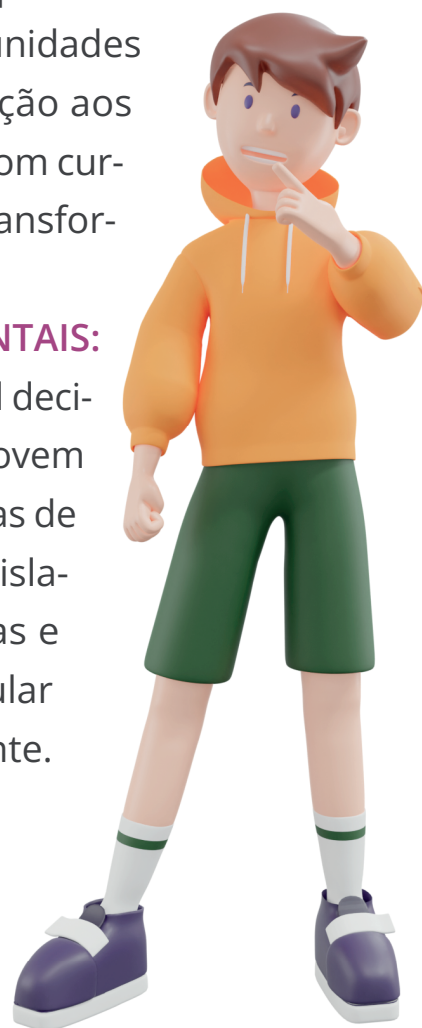
OUTROS MEIOS DE CONCIENTIZAÇÃO MAIS UTILIZADOS ATUALMENTE

Atualmente, diferentes meios de informação vêm sendo utilizados para buscar conscientizar a sociedade sobre a importância da conservação e preservação do meio ambiente. Dentre as principais estratégias de conscientização mais utilizadas, se destacam:

CURSOS PROFISSIONALISANTES: Cursos de extensão, graduação e pós-graduação estão sendo criados para de forma mais clara explicar os problemas causados pela degradação ambiental, gerando consciência popular da importância de se proteger o meio ambiente, assim como apresentando soluções para reduzir esses impactos.

CAMPANHAS DE MÍDIA, DE INCENTIVO CULTURAL E POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: A mídia tem desempenhado papel fundamental para inspirar e mobilizar as comunidades para atuarem de maneira mais consciente em relação aos recursos naturais. Campanhas de mídia unificadas, com cursos liderados por especialistas, são eficientes para transformar conhecimento em atitude.

CRIAÇÃO DE ONGs E USO DE LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS: ONGs e movimentos ambientais têm jogado um papel decisivo na criação de programas educacionais que promovem a conscientização da população sobre práticas corretas de manejo e conservação ambiental. Além disso, as legislações ambientais existentes devem ser aprimoradas e implementadas com o objetivo de punir e desestimular comportamentos que não preservam o meio ambiente.



CENÁRIOS E PERSPECTIVAS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO

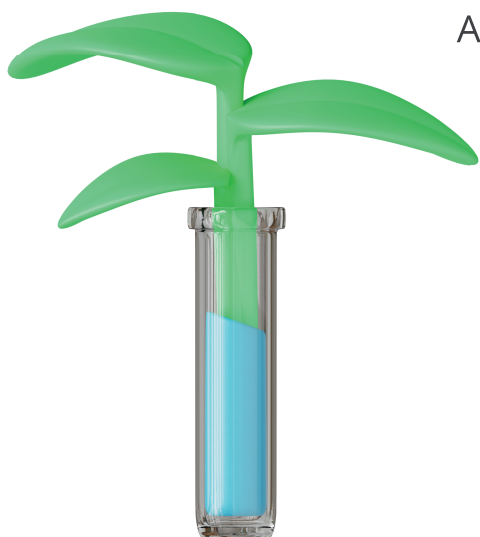


Nem todas as áreas brasileiras possuem o mesmo grau de conhecimento sobre a preservação e conservação ambiental. Assim, as leis ambientais, inspirem-se na Constituição Federal para garantir direitos e obrigações ambientais, fazendo com que o estado atue como principal agente na implantação de políticas voltadas a proteção ecológica.

No entanto, nota-se que os cenários socioambientais no Brasil adquirem uma característica preocupante, pois, apesar de todos os esforços empresariais e governamentais, a preservação e conservação ambiental vêm sendo negligenciadas em vários ramos. Por exemplo, permite-se que o desmatamento intenso seja realizado na região Amazônica para produção de carne bovina e agricultura, e diversos rios e lagos estão sendo poluídos pelo descarte incorreto de resíduos industriais.

Desta forma, as iniciativas de preservação e conservação precisam ser aprimoradas, discutindo a criação e implementação de novos padrões de produção, consumo e manejo sustentáveis.

Assim, gestores e especialistas estão desenvolvendo longos estudos para verificar o que pode ser melhorado ou retificado, de forma a garantir a saúde ambiental dos ecossistemas brasileiros.



LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

No Brasil existem diversas leis e políticas vigentes estabelecidas como diretrizes de conservação e preservação do meio ambiente. Entre as principais leis, podemos destacar:

Lei nº 12.305/2010 - Estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que visa garantir a preservação ambiental, a saúde pública e a responsabilidade compartilhada pelo manuseio adequado de resíduos sólidos;

Lei nº 9.605/1998 - Regula o controle da poluição causada por atividades que utilizam ou se relacionem aos recursos ambientais, com o objetivo de preservar a qualidade ecológica do meio ambiente e evitar a degradação da natureza;

Lei nº 9.966/2000 - Estabelece medidas para o licenciamento ambiental para que os empreendimentos que possam impactar na qualidade do meio ambiente sejam devidamente licenciados e monitorados pelos órgãos competentes;

Lei nº 6.938/1981 - Estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, com medidas para o desenvolvimento sustentável, bem como para assegurar os recursos naturais para as gerações futuras.

Além dessas Leis, o Brasil possui normas que estabelecem regras para uso e conservação dos recursos naturais, direcionando assim o desenvolvimento sustentável do país.



ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

Os órgãos de fiscalização mais comuns para conservação e preservação ambiental no Brasil são:

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA):

é responsável por emitir licenças ambientais, promover campanhas educativas e fiscalizar as ações humanas que causam impactos ambientais no país.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL): é responsável por estabelecer padrões de consumo de energia e controles ambientais nas áreas de abastecimento e geração.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA): regula as águas das unidades hidrográficas brasileiras incentivando atividades de conservação.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (SUNAM): fiscaliza empreendimentos nas áreas de floresta, agricultura, caça e pesca, cenários urbanos, assim como identifica e puni os infratores das Leis Ambientais.

Esses órgãos estão trabalhando juntos para promover a conservação e preservação do meio ambiente brasileiro, com o intuito de enfatizar o desenvolvimento sustentável do país.



PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Para alcançarmos o objetivo desejado, preservação e conservação ambiental, necessita-se conscientizar das atividades que se deve adotar para alcançar os resultados desejados. Assim, alguns pontos importantes são; redução da emissão de carbono, reutilização de água, uso de energias alternativas, compostagem, reciclagem e destinação correta de resíduos.

Além disso é preciso julgar o impacto de nossas atividades e buscar saídas alternativas quando necessário. Cabe a cada indivíduo considerar sua participação na preservação e conservação dos ambientes, nomeando equipamentos ambientais para cada área protegida.

Em síntese, a conservação e preservação ambiental deve ser percebida como uma atitude social e individual que contribuirá para o equilíbrio entre o homem e o meio ambiente. O cumprimento dos compromissos de preservação ambiental através de leis, regulamentações e práticas conscientes, contribuirão de forma decisiva para o desenvolvimento sustentável da sociedade.



TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS E INOVAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

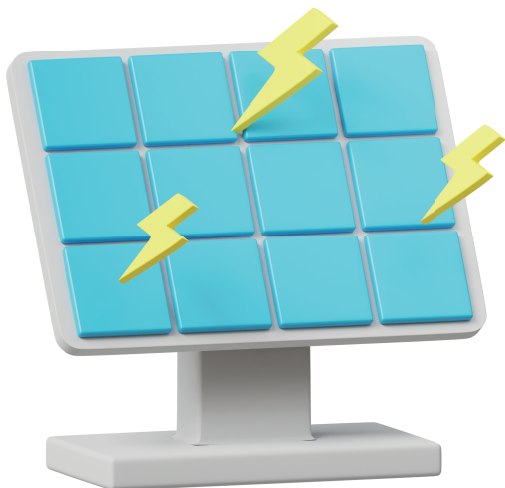
ENERGIA SOLAR: A energia solar é uma das principais tecnologias alternativas de energia usada na conservação ambiental. Ela reduz a demanda de combustíveis fósseis e é capturada através de células solares instaladas em edifícios. Essas células são usadas para gerar energia térmica e elétrica, que pode ser usada para alimentar abastecimentos, piscinas e vários outros dispositivos.

FERRAMENTAS DE CRIAÇÃO DE ENERGIA VERDE: Ferramentas como turbinas eólicas e usinas hidrelétricas trabalham para criar energia limpa a partir de fontes ambientalmente amigáveis. Essas ferramentas são usadas para transformar a energia do vento e de água em eletricidade, que pode ser usada para alimentar centros de processamento ou para gerar calor em áreas residenciais.

ENERGIA GEOTÉRMICA: A energia geotérmica usa temperaturas extremamente altas presentes no interior da Terra, para gerar energia elétrica. Ela é uma maneira eficiente de produzir energia limpa, pois pega o calor natural presente na Terra e usa-o para gerar energia elétrica.

SISTEMAS DE GERENCIAMENTO: Os avanços da tecnologia também têm permitido o desenvolvimento de sistemas de gestão que podem monitorar o uso de combustíveis fósseis, reduzir o desperdício de recursos naturais e ajudar a manter as instalações funcionando a uma taxa máxima de eficiência.





TECNOLOGIAS DE ARMAZENAMENTO DE ENERGIA: Tecnologias como baterias de armazenamento de energia permitem aos usuários armazenar energia gerada por fontes limpas, como energia solar e eólica. Isso permite que essa energia seja armazenada e usada em tempos de maior demanda. Isso ajuda a aumentar a eficiência e a reduzir o desperdício de energia.

CONTRIBUINDO COM O MEIO AMBIENTE: ARTICULAÇÃO E ENGAJAMENTO COLETIVO

A articulação e o engajamento coletivo são importantes mecanismos para contribuir com o meio ambiente e preservá-lo contra os danos causados pelo homem. O trabalho coletivo pode contribuir, de forma concreta, para lidar com os problemas ambientais, estimulando a conscientização de todos.

Dessa forma, as ações devem ser planejadas de forma que a população tenha condições de atuar, comprometida e fazer parte do processo de conservação do meio ambiente. Por exemplo, através da educação ambiental, em que são ministradas práticas responsáveis para um consumo consciente. Nesse contexto, é possível sensibilizar pessoas e grupos para prevenção e controle de poluição, reduzindo assim, o impacto humano ao meio ambiente.

Também é possível que esse setor se torne motor econômico sustentável em regiões periféricas, gerando emprego e renda. Assim, as comunidades locais teriam melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que auxiliariam na preservação e conservação dos recursos naturais, como florestas, lagos, rios e o ar.



Além disso, ações governamentais como a destinação de parte do orçamento para a preservação ambiental; proibição dos produtos tóxicos para limpeza; criação de leis que responsabilizem diretamente as companhias pelo descarte inadequado de lixo ou gás de efeito estufa, etc., também contribuirão para proporcionar um meio ambiente equilibrado.



CONCLUSÃO

A conservação e preservação do meio ambiente é essencial para assegurar que os diversos ecossistemas estejam em equilíbrio e que a biodiversidade é mantida intacta. Para isso, é fundamental conscientizar a população sobre a importância da proteção e preservação ambiental. Nesse sentido, é necessário investir em educação ambiental, promover campanhas de conscientização, aperfeiçoar as leis ambientais vigentes, investir em novas tecnologias, entre outros.

É extremamente importante promulgar efetivamente pequenas, mas significativas mudanças nas atitudes e hábitos do dia a dia, através de práticas conscientes para diminuir e prevenir o impacto que o ser humano causa ao meio ambiente. Somente assim se garante que a natureza exista e seja desfrutada das gerações atuais e futuras. A preservação e conservação ambiental envolve todos nós e é a chave para um melhor desenvolvimento sustentável.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Josinara Silva; DE OLIVEIRA, André Luis Nascimento; DOS SANTOS, Neuma Teixeira. Preservação e Conservação Ambiental: significando a proteção do meio ambiente. RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 4, 2018.

LEI Nº 12.305, DE 02 DE AGOSTO DE 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; revoga as Leis nos 5.844, de 11 de junho de 1972, e 6.514, de 22 de dezembro de 1977, e a disposição constante do art. 16 da Lei no 9.927, de 13 de maio de 1999; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 ago 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 fev 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.



LEI Nº 9.966, DE 14 DE ABRIL DE 2000. Estabelece diretrizes para a proteção e o uso racional da água e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 abr 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9966.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

MANETTA, Bárbara Romano et al. Unidades de conservação. *Engenharias On-line*, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2015.

MENEGUZZO, Isonel Sandino; CHAICOUSKI, Adeline. Reflexões acerca dos conceitos de degradação ambiental, impacto ambiental e conservação da natureza. *GEOGRAFIA (Londrina)*, v. 19, n. 1, p. 181-185, 2010.

SÁ, João Daniel Macedo. *Serviços ambientais: a utilização de instrumentos econômicos para valorização da conservação e preservação ambiental*. Conpedi, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Leandro Muniz Barbosa da; SILVA, Julio Pergentino da; BORGES, Maria Alice de Lira. Do global ao contexto nacional: evolução da política ambiental brasileira. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 6, n. 14, p. 593-608, 2019.

SOUZA, Mariana Cristina Cunha. Educação Ambiental e as trilhas: contextos para a sensibilização ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVBEA)*, v. 9, n. 2, p. 239-253, 2014.



TOALDO, Adriane Medianeira; MEYNE, Lucas Saccol. A educação ambiental como instrumento para a concretização do desenvolvimento sustentável. Revista eletrônica do curso de Direito da UFSM, v. 8, p. 661-673, 2013.

TRAJANO, Eleonora. Políticas de conservação e critérios ambientais: princípios, conceitos e protocolos. Estudos avançados, v. 24, p. 135-146, 2010.

GLOSSÁRIO

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: É o processo no qual um ambiente tem sua qualidade reduzida, tornando-se menos saudável para os organismos que ali vivem, ou reduzindo a biodiversidade do local.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Proposta educacional que estabelece os princípios, normas, informações e diretrizes para que cada pessoa possa adquirir consciência ambiental e, portanto, possa agir de forma pró-ambiental em todas as suas ações.

GESTÃO AMBIENTAL: O conjunto de ações gerenciais destinadas a garantir que as empresas desenvolvam sua atividade, produzam seus bens ou prestem seus serviços com o mínimo dano possível ao meio ambiente.

IMPACTO AMBIENTAL: São as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas, tanto positivas quanto negativas.

FAUNA: Refere-se aos animais que vivem em determinado local como é o caso dos ecossistemas. As características e padrões destes animais, como número, estrutura, hábitos de vida, interações com outras espécies, etc, variam de lugar para lugar, dependendo de vários fatores como clima, localização geográfica e composição geológica.

FLORA: A flora são plantas que vivem em um determinado local. Estas plantas incluem árvores, arbustos, trepadeiras, gramíneas e outras formas de vegetação.



MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Consistem em mudanças significativas na temperatura média da Terra ao longo do tempo. Estas mudanças são causadas pela atividade humana e outros fatores naturais.

HABITAT: Refere-se ao local onde uma ou mais espécies vivem. Esses habitats podem ser definidos como água, terra, ar ou mesmo uma combinação dos três. Os habitats desempenham um papel fundamental na sobrevivência das espécies, pois dão aos organismos fundamentais recursos que eles necessitam para a sua vida.

EROSÃO DO SOLO: A erosão do solo é o ato de remoção gradual de partículas de solo de um solo ou terra por meio de agentes naturais, como água e vento. Esta remoção é geralmente devido ao nível de solo exposto, desmatamento e práticas inadequadas de agricultura.

RECURSOS NATURAIS: Recursos naturais são matérias-primas ou processos naturais (tanto biológicos quanto geológicos) que podem ser usados para produzir bens e serviços. Eles são obtidos de fontes naturais, como sol, chuva, vento e fossas sépticas.

ENERGIAS RENOVÁVEIS: Estas são fontes de energia que são inesgotáveis e não causam poluição. A energia renovável pode ser derivada do sol, vento, água, biomassa, geotérmica e ondas do mar.

ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL: Os órgãos de fiscalização são responsáveis pela aplicação da lei e o controle dos recursos naturais, das energias renováveis e da erosão do solo. Eles são responsáveis por monitorar as atividades econômicas, tanto públicas quanto privadas, que afetem o meio ambiente. Estes órgãos têm o poder de impor multas e outras punições a quem violar as leis ambientais.



Preservação e

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

PROJETO
lagoa
VIVA